



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

RESOLUÇÃO Nº 254, de 13.06.2017(*)

Processo Nº PA-0000499-71.2017.5.07.0000
Complemento RESOLUÇÃO Nº 000254/2017 de 18.07.2017
Relator JEFFERSON QUESADO JUNIOR
Redator JEFFERSON QUESADO JUNIOR
REQUERENTE PROPOSIÇÃO DA PRESIDÊNCIA
REQUERIDO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
Intimado(s)/Citado(s):
- PROPOSIÇÃO DA PRESIDÊNCIA
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Trata-se de processo administrativo, por meio do qual a Presidência deste Regional propõe ao Tribunal Pleno que seja feita a primeira revisão de 2017 no Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DO PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, por unanimidade, aprovar a Revisão 1.2017 do Plano Estratégico Institucional deste Regional, mediante Resolução com os seguintes termos:

Art. 1º Aprovar a 2ª revisão do Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 2015/2020, a 1ª de 2017, na forma do anexo a esta Resolução, mantidas as disposições constantes dos artigos 2º a 5º da Resolução 544/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(*) **Republicada** no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2282, 1º ago. 2017. Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2277, 25 jul. 2017. Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 3.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020

Revisão 1.2017

PEI TRT7 2015-2020	
Versão:	Revisão 1.2016
Conteúdo:	Adequação às revisões de 2015 e 2016 dos Planos do Poder Judiciário Nacional e da Justiça do Trabalho
Data:	17/11/2016
Versão:	Revisão 1.2017
Conteúdo:	Adequação à revisão de 2017 dos Planos do Poder Judiciário Nacional (Metas CNJ 2017) e da Justiça do Trabalho (Res. CSJT 178/2017)
Data:	22/3/2017
Versão:	Revisão 1.2017v.2
Conteúdo:	Inclusão dos resultados de 2016 do iGovPessoas e do iGovTI.
Data:	28/6/2017

IDENTIDADE INSTITUCIONAL DO TRT7

Missão:

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Visão:

Ser reconhecido perante a sociedade como instrumento efetivo de justiça célere e comprometido com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho.

Valores:

Acessibilidade – Democratizar e facilitar o acesso à Justiça;

Celeridade – Prezar pela agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Efetividade – Garantir o cumprimento das decisões judiciais;

Ética – Agir com honestidade, probidade, integridade e credibilidade em todas as suas ações e relações;

Inovação – Buscar soluções inovadoras para a melhoria da prestação jurisdicional;

Comprometimento – Atender com eficiência, eficácia e transparência as necessidades e expectativas dos clientes internos e externos;

Responsabilidade socioambiental – Atuar para garantia da cidadania e para a gestão ambiental;

Valorização das pessoas – Incentivar a melhoria contínua do relacionamento, bem-estar e satisfação pessoal.

PEI TRT7 - REVISÃO 1.2017 v.2



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2277, 25 jul. 2017. Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 3.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020
Revisão 1.2017v.2

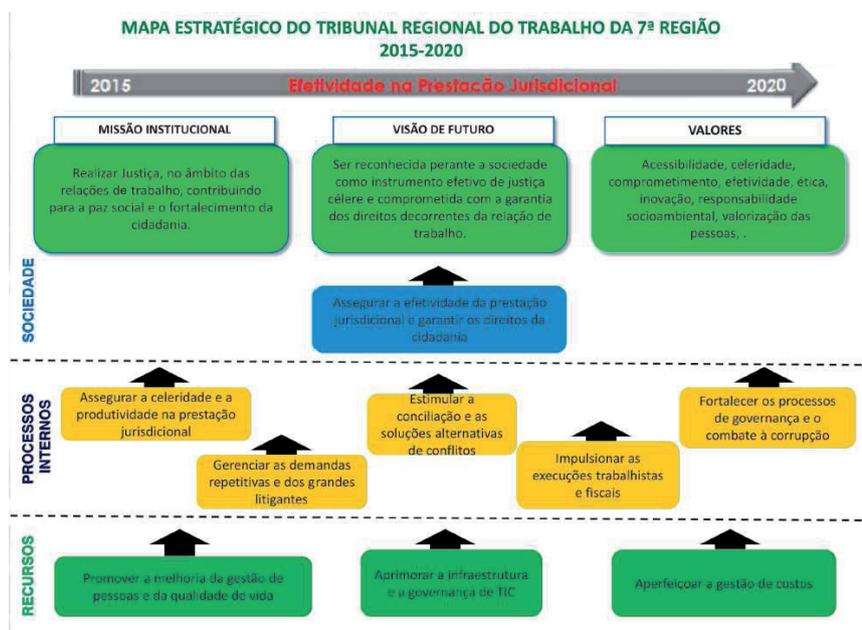
MATRIZ DA ANÁLISE AMBIENTAL DO TRT7

Ambiente Interno	Ambiente Externo
<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none">- Infraestrutura física e tecnológica;- Atendimento aos jurisdicionados- Celeridade em relação aos demais segmentos de Justiça- Processo Judicial eletrônico - PJe/JT e demais sistemas processuais- Comprometimento de magistrados e servidores- Cultura de conciliação- Sítio do TRT7- Formação e qualificação de magistrados e servidores- Qualidade das informações- Cultura da inovação	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none">- Novas tecnologias aplicáveis à Justiça do Trabalho- Melhoria contínua do sistema PJe/JT- Parcerias com outras instituições- Imagem favorável perante a sociedade- Reformas na legislação
<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none">- Inadequação e/ou insuficiência dos quadros de magistrados e servidores- Comunicação entre unidades e órgãos da Justiça do Trabalho- Racionalização dos processos de trabalho- Qualidade de vida de magistrados e servidores- Segurança- Espaço físico- Efetividade na execução trabalhista	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none">- Aumento da demanda processual- Contingenciamento de recursos orçamentários;- Cenário econômico desfavorável- Restrições à adequação dos quadros de magistrados e servidores

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020

Revisão 1.2017v.2

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT7



PERSPECTIVAS DO TRT7

- **Recursos** – contempla os objetivos 1, 2 e 3 do TRT7.
- **Processos internos** – abrange os objetivos 4, 5, 6, 7 e 8 do TRT7.
- **Sociedade** – contempla o objetivo 9 do TRT7.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS DO TRT7

Perspectiva: Recursos

Objetivo 1: Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

Este desafio está relacionado a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas; à valorização das pessoas; à promoção da saúde ocupacional; à humanização das relações de trabalho; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020

Revisão 1.2017v.2

Indicador 1: iGov de Pessoas

O iGovPessoas é um levantamento elaborado pelo TCU, por meio de questionário, o qual visa avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal. O questionário está baseado nos três mecanismos de governança: Liderança, Estratégia e Controle, e vem sendo aplicado bianualmente.

Fórmula: percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas.

Meta 1: Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas:

2016	2018	2020
Inicial	Intermediário	Aprimorado

Avaliação iGovPessoas 2016

TRT7: capacidade 25,87%

Estágio: inicial.

Objetivo 2: Aperfeiçoar a gestão de custos

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Indicador 2: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)**Fórmula simplificada:**

$$\text{IEOD} = \frac{(\text{Valor liquidado com projetos}) + (\text{Valor liquidado com atividades})}{(\text{Orçamento para projetos} + \text{Orçamento para atividades})} \times 100$$

Meta 2: Aumentar, até 2020, o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 10 pontos percentuais:

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 pp	2 pp	4 pp	6 pp	8 pp	10 pp

Média dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 a ser considerada como referência para a meta

Unidade Orçamentária	Dotação Disponível	Empenhos Liquidados	% S/ Dot. Disp.
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	67.957.604,96	44.162.911,64	64,99%

Objetivo 3: Aprimorar a infra-estrutura e a governança de TIC

Visa alcançar o uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, garantindo a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020
Revisão 1.2017v.2

Indicador 3: iGovTI

O iGovTI é um levantamento elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de questionário, o qual visa avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de TI na Administração Pública Federal. O questionário está baseado nos três mecanismos da governança: Liderança, Estratégia e Controle, e vem sendo aplicado bianualmente.

Fórmula: percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação iGovTI.

Meta 3: Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI:

2016	2018	2020
Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Avaliação iGovTI 2016

Resultados do TRT7

Nota: 0,58

Estágio: Intermediário

Perspectiva: Processos Internos

Objetivo 4: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Indicador 4: Tempo médio de duração do processo no 2º Grau (TMDP2)

Fórmula simplificada:

$$\text{TMDP2} = \frac{\text{Somatório (Data da baixa – data da autuação/recebimento)}^i}{\text{Nº de Processos Baixados}}$$

ⁱ Dos processos baixados no 2º Grau, no ano.

Meta 4*: Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2016 (291 dias), em 10%, até 2020:

2017	2018	2019	2020
4%	6%	8%	10%
279 dias	273 dias	267 dias	261 dias

Indicador 5: Tempo médio de duração do processo no 1º Grau – Fase de conhecimento (TMDP1c)

Fórmula simplificada:

$$\text{TMDP1c} = \frac{\text{Somatório (data da prolação da sentença – data do ajuizamento da ação)}^{ii}}{\text{Nº de Processos com Sentenças Prolatadas}}$$

ⁱⁱ Dos processos que tiveram prolação de sentença, no 1º Grau, no ano.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020
Revisão 1.2017v.2

Meta 5*: Reduzir o prazo médio de duração do processo no 1º Grau, na fase de conhecimento, em 5%, em relação ao ano base 2016 (132 dias), até 2020:

2017	2018	2019	2020
2%	3%	4%	5%
129 dias	128 dias	126 dias	125 dias

Indicador 6: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Fórmula simplificada:

$$\text{IPJ} = \frac{\text{Nº de processos de conhecimento julgados}}{\text{Nº de processos de conhecimento distribuídos}} \times 100$$

Meta 6*: Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente, com redução proporcional à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Indicador 7: Índice de Processos Antigos (IPA)

Fórmula simplificada:

$$\text{IPA} = \frac{\text{Processos Antigos Julgados}}{\text{Processos Antigos Distribuídos}} \times 100$$

Meta 7: Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º Graus.

Indicador 8: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)

Fórmula simplificada:

$$\text{IACJ} = \frac{\text{Nº de Ações Coletivas Julgadas}}{\text{Nº de Ações Coletivas Distribuídas}} \times 100$$

Meta 8*: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º Grau e até 31/12/2015 no 2º Grau.

Objetivo 5: Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos

Além da conciliação intraprocessual, refere-se ao fomento do acordo e de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação efetiva do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem.

Indicador 9: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)

Fórmula simplificada:

$$\text{ICONc} = \frac{\text{Conciliações}}{\text{Solucionados}} \times 100$$

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020
Revisão 1.2017v.2

Meta 9*: Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 5pp, até 2020, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento (a média, com essa nova base, foi de 52,23%).

2017	2018	2019	2020
2pp	3pp	4pp	5pp
54,23%	55,23%	56,23%	57,23%

Obs.: se o índice atingir valor igual ou superior a 54%, a meta será considerada cumprida.

Objetivo 6: Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Indicador 10: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

Fórmula simplificada:

$$IRA = \frac{\text{Processos pendentes de julgamento no ano anterior} \times 0,98}{\text{Pendentes de julgamento no ano anterior} + (\text{Distribuídos} - \text{Julgados})} \times 100$$

Meta 10: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020.

Objetivo 7: Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis; a utilização do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT; entre outras ações.

Indicador 11: Índice de Execução (IE)

Fórmula simplificada:

$$IE = \frac{\text{Nº de Execuções Baixadas}}{\text{Nº de Execuções Iniciadas}} \times 100$$

Meta 11*: Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período, com redução proporcional, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020
Revisão 1.2017v.2

Objetivo 8. Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública e à preservação da probidade administrativa, bem como a adoção de medidas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Judiciário do Trabalho. Visa ainda, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais, à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Indicador 12: iGov

O iGov é um levantamento elaborado pelo TCU, por meio de questionário, o qual visa avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão na Administração Pública Federal. O questionário está baseado nos três mecanismos da governança: Liderança, Estratégia e Controle, e vem sendo aplicado bianualmente.

Fórmula: Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov.

Meta 12: Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 15 pontos percentuais até 2020.

2016	2018	2020
3pp	9pp	15pp
32%	38%	44%

Avaliação iGov 2014
Resultados do TRT7
Nota: 0,29
Estágio: inicial

Perspectiva: Sociedade

Objetivo 9. Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania

Trata-se de indicador sintético de resultado, que permitirá ao Judiciário Trabalhista aferir a sua efetividade a partir dos dados relativos ao alcance das metas pertinentes aos demais objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho.

Indicador 13: Índice de Alcance de Metas (IAM)

Fórmula:

$$\text{IAM} = (\Sigma\text{MP1}) + (\Sigma\text{MP2}*2) + (\Sigma\text{MP3}*3)$$

Onde:

MP1: metas com peso 1 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 1.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020

Revisão 1.2017v.2

MP2: metas com peso 2 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 2.

MP3: metas com peso 3 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 3.

Observação: valores inferiores a 80% da meta fixada não receberão pontuação.

Meta 13: Atingir e manter a pontuação entre 62 a 78 até 2020.

Metas com peso 1 atribuído	Metas com peso 2 atribuído	Metas com peso 3 atribuído
Meta 1 (IGovPessoas)	Meta 7 (IPA)	Meta 4 (TMDP2)
Meta 2 (IEOD)	Meta 8 (IACJ – 1º Grau)	Meta 5 (TMDP1)
Meta 3 (iGovTI)	Meta 8 (IACJ – 2º Grau)	Meta 6 (IPJ)
Meta 12 (iGov)	Meta 9 (ICONc)	Meta 11 (IE)
	Meta 10 (IRA)	

Glossário

O glossário de indicadores desenvolvido pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho definirá as variáveis e as regras de cálculo a serem observadas para o cálculo das metas.

* As metas identificadas com um “*” foram alteradas em relação à seqüência original do Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional, no X Encontro Nacional do Poder Judiciário Nacional, tendo como resultado seu abrandamento, considerando as dificuldades vivenciadas pelo Judiciário Trabalhista.